

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC ALEXSANDER MOREIRA DOS ANJOS

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA AVIAÇÃO NAVAL NAS ATIVIDADES
BENIGNAS COMO FORMA DE DESENVOLVER A CAPACIDADE DE ATUAR NA
CONTRAINSURGÊNCIA

Estudo do emprego do poder aéreo pela contrainsurgência no Afeganistão 2009 – 2011

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2015

CC ALEXSANDER MOREIRA DOS ANJOS

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA AVIAÇÃO NAVAL NAS ATIVIDADES
BENIGNAS COMO FORMA DE DESENVOLVER A CAPACIDADE DE ATUAR NA
CONTRAINSURGÊNCIA

Estudo do emprego do poder aéreo pela contrainsurgência no Afeganistão 2009 – 2011

Monografia apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para conclusão do
Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela minha saúde e proteção na minha caminhada.

Ao meu orientador, CF (RM1) Ohara Barbosa Nagashima, pela disponibilidade, pelos ensinamentos e orientações que nortearam a confecção desta pesquisa.

Ao amigo CF (FN) Fábio Luiz Borba de Azevedo e a minha irmã Andressa dos Anjos, pela parte que lhes coube na revisão final, contribuindo para a qualidade deste trabalho.

E aos amigos do CEMOS 2015 que ajudaram com dicas oportunas.

RESUMO

O emprego de meios militares pela contrainsurgência na Guerra Irregular vem sofrendo alterações desde a Guerra do Vietnã, os motivos estão nas características do adversário, na forma como ele se movimenta e na maneira como busca atingir seus objetivos. Utilizando o apoio de teorias que tratam da importância da conquista de corações e mentes, buscou-se uma compreensão das ações da contrainsurgência no Afeganistão no período de 2009 a 2011. A geografia complexa e a mobilidade da insurgência fizeram com que a aviação fosse o meio mais eficaz de combate à subversão. Verificou-se que o emprego do poder aéreo era baseado nessas teorias, onde conclui que o sucesso da contrainsurgência deveu-se a utilização da doutrina da conquista de corações e mentes. A partir desta percepção, foi estabelecido o propósito da pesquisa, que é analisar a possibilidade do emprego da Aviação Naval na Guerra Irregular em ações de contrainsurgência, numa situação específica, enfatizando as missões de caráter humanitário. Para essa análise, estudou-se a visão da contrainsurgência estadunidense e a participação da OTAN nessa Guerra. Concluiu-se que o emprego do poder aéreo nas constantes missões humanitárias aproximou o Estado da população. Essas ações tangíveis geravam uma percepção de preocupação do Estado. Este fato legitimou o Poder Local e isolou a população do insurgente, permitindo a pacificação do Afeganistão. Transladada essa situação para o Brasil, para a análise do propósito, observam-se no nosso território, algumas situações propícias para a formação da subversão: fronteiras porosas, crimes transnacionais na vizinhança, grupos revolucionários e outras. Os documentos brasileiros de alto nível de Defesa citam as missões humanitárias como uma prioridade. Desta forma concluímos que, como forma de treinamento e capacitação, é importante a participação da Aviação Naval em exercícios e missões humanitárias, visando um aprestamento apurado dos meios e suas equipagens para o emprego na Guerra Irregular.

Palavras-chave: Guerra Irregular. Corações e mentes. Contrainsurgência Afeganistão. Poder Aéreo. Aviação Naval. Missões humanitárias.

LISTA DE ABREVIATURAS

DBM – Doutrina Básica da Marinha

END – Estratégia de Defesa Nacional

EUA – Estados Unidos da América

ISAF – Força Internacional de Assistência para a Segurança

LBDN – Livro Branco de Defesa Nacional

MB – Marinha do Brasil

NATC-A – Comando de Treinamento Aéreo da OTAN

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PND – Política Nacional de Defesa

UH-12 – Helicóptero de Emprego Geral da Marinha do Brasil – Esquilo

UH-14 - Helicóptero de Emprego Geral da Marinha do Brasil – Super Puma

UNAMA – Missão de Assistência das Nações Unidas para o Afeganistão

US – United States

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	REFERENCIAL TEÓRICO	09
2.1	O papel da contrainsurgência na Guerra Irregular.	09
2.2	O desconhecimento do fenômeno.....	10
2.3	Bases da reação.....	12
2.4	A pacificação.....	15
2.5	Conclusões parciais.....	18
3	A CONTRAINSURGÊNCIA NO AFGANISTÃO NO PÓS 2001	19
3.1	Histórico.....	19
3.2	A contrainsurgência. Uma visão estadunidense.....	22
3.3	O engajamento internacional no Afeganistão no pós 2001.....	26
3.4	Conclusões parciais.....	28
4	O EMPREGO DO PODER AÉREO NA GUERRA IRREGULAR	30
4.1	NATO Air Training Command Afghanistan.....	30
4.2	O Poder Aéreo e a conquista de corações e mentes.....	31
4.3	Conclusões parciais.....	33
5	A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA AVIAÇÃO NAVAL NAS ATIVIDADES BENIGNAS COMO FORMA DE DESENVOLVER A CAPACIDADE DE ATUAR NA CONTRAINSURGÊNCIA	34
5.1	Hipóteses de emprego.....	34
5.2	A Aviação Naval nas atividades benignas.....	35
5.3	Conclusões parciais.....	37
6	CONCLUSÕES	38
7	REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da História, as batalhas ora chamadas de Guerra Irregular aumentam sua relevância no cenário mundial. A insurgência apresenta-se como uma das formas de combate não convencional mais ameaçadora do panorama contemporâneo.

Para combater a insurgência, a contrainsurgência teve que evoluir, pois a forma de lutar no século XXI já não é a mesma. Além disso, a necessidade de se conhecer melhor o inimigo impôs modificações nas doutrinas e práticas da forma de combater.

Apesar desse panorama de transformações, uma característica se mantém presente na Guerra Irregular: a importância da conquista da população. É justamente sobre essa característica que apoiaremos nossa pesquisa.

A contrainsurgência ganhou espaço mundial após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, depois dos longos e complexos enfrentamentos militares dos Estados Unidos da América (EUA) no Iraque e Afeganistão. A tarefa da contrainsurgência estadunidense no Afeganistão pós 2001 tem se mostrado uma empreitada militar muito atribulada.

No Afeganistão, que possui uma geografia complexa e atraente ao insurgente, o poder aéreo tem se mostrado imprescindível para o sucesso da contrainsurgência. A aviação, por meio de modernos sensores, tem conseguido manter um acompanhamento constante dos seus adversários, possibilitando a obtenção de informações fundamentais para o planejamento das ações cirúrgicas da contrainsurgência, minimizando danos e efeitos à população civil. Dentre as vantagens do emprego do poder aéreo na Guerra Irregular, este trabalho abordará, principalmente, o apoio das operações de caráter humanitário, como efeito psicológico na conquista de corações e mentes¹. Por isso, a temática abordada nesta sucinta pesquisa está

¹ Corações e mentes é o lema das ações de contrainsurgência centradas na população, inicialmente utilizado neste sentido pelo General britânico Sir Gerald Templer, em 1952, durante a campanha de contrainsurgência da Malásia. A abordagem dos Corações e mentes é, na atual cultura de contrainsurgência dos EUA, um pilar de suas ações, e central à sua estratégia no Afeganistão (DIXON, 2009, 'Hearts and Minds'? British Counter-Insurgency from Malaya to Iraq, *Journal of Strategic Studies*, p.353, tradução nossa).

associada ao emprego do poder aéreo na conquista da população, por meio de ações de contrainsurgência, realizando missões de caráter humanitárias no Afeganistão entre 2009 e 2011.

O propósito desta monografia será analisar a possibilidade do emprego da Aviação Naval na Guerra Irregular em ações de contrainsurgência, numa situação específica, enfatizando as missões de caráter humanitário.

Dada a semelhança entre os helicópteros da Marinha do Brasil (MB) e da Força Aérea Afegã (FAA); bem como a importância das missões humanitárias, citada no Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e na Doutrina Básica da Marinha (DBM), a pesquisa torna-se relevante por permitir à Marinha do Brasil se preocupar com um futuro emprego desses meios na Guerra Irregular, cada vez mais presente no cenário mundial.

Neste seguimento, surge a seguinte questão: Seria importante a participação da Aviação Naval nas atividades benignas, em adestramentos e exercícios, conjuntos e combinados, voltados para missões humanitárias, como forma de capacitação para um possível emprego na Guerra Irregular?

Para atingir esse propósito, iniciamos o estudo das teorias de David Galula e Hermes de Araújo Oliveira, procurando identificar no conflito fatos relacionados a estas teorias. Após, então, focaremos no papel da contrainsurgência, delimitando para este estudo o emprego do Poder aéreo no Afeganistão entre 2009 e 2011, relacionando sua participação com as teorias pertinentes, a partir da análise de seu uso pela contrainsurgência.

Como conclusão, a pesquisa apontará para similaridades entre as tarefas cumpridas pela contrainsurgência no Afeganistão entre 2009 e 2011 e aquelas previstas para a Marinha do Brasil nos documentos acima citados. A resposta desta última pesquisa motivou a busca pela formulação da questão que engloba o propósito deste trabalho.

Assim, acreditamos que a pesquisa possa reforçar a importância da participação

da Aviação Naval nas atividades benignas, adestramentos e missões de caráter humanitário; e sirva de alerta à Marinha do Brasil para a importância de manter a sua aviação e equipagens com elevado grau de aprestamento, para futuros empregos similares ao ocorrido nas ações referenciais analisadas.

Estruturamos a pesquisa por meio de estudos bibliográficos de natureza qualitativa em livros e trabalhos acadêmicos, que abordassem as teorias e o caso específico. O cruzamento dessas informações permitirá identificar a validade das teorias e se estas, efetivamente, contribuem para o resultado final alcançado.

A pesquisa será organizada por meio de elementos textuais. No segundo capítulo, será apresentado ao leitor o arcabouço teórico da pesquisa. No terceiro capítulo, será estudada a contrainsurgência no Afeganistão no pós 2001. No quarto capítulo, será abordado o emprego do poder aéreo na Guerra Irregular e no quinto capítulo, trataremos da importância da participação da Aviação Naval nas atividades benignas como forma de desenvolver a capacidade de atuar na contrainsurgência. Para introduzir o leitor no contexto pesquisado, apresentaremos uma breve introdução em cada capítulo. Da mesma forma, ao final desses capítulos, haverá uma conclusão parcial para analisarmos como as variáveis se relacionam.

Finalmente, apresentaremos a conclusão e indicaremos linhas de investigação futura, a fim de ampliar a pesquisa das outras variáveis que não foram abordadas na presente pesquisa. Indicar-se-á, também, a importância do assunto dentro da Marinha do Brasil, no âmbito da Aviação Naval, mas precisamente no emprego dos Esquadrões de Emprego Geral.

Estudaremos a seguir o referencial teórico e sua relação com a contrainsurgência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O propósito do capítulo é apresentar um panorama doutrinário de mecanismos de combate ao insurgente na Guerra Irregular. A ideia central é o papel da contrainsurgência atuando na conquista de corações e mentes.

Neste capítulo será apresentado o arcabouço teórico desta monografia. Inicialmente, abordaremos o papel da contrainsurgência na Guerra Irregular. Em seguida, trabalharemos as seguintes teorias: desconhecimento do fenômeno, bases da reação e a pacificação; por fim, serão apresentadas conclusões parciais do capítulo. Veremos a seguir o papel da contrainsurgência na Guerra Irregular.

2.1 O papel da contrainsurgência na Guerra Irregular

A população é o centro de gravidade na Guerra Irregular e o objetivo principal do insurgente e do contrainsurgente (GALULA, 1964).

Segundo Mao-Tsé-Tung, citado por Griffith, as armas não são fatores decisivos em uma guerra revolucionária, o povo que é decisivo, quem conseguir afeição popular atingirá o império (GRIFFITH, 2000).

A conquista de corações e mentes será o objetivo da insurgência e da contrainsurgência, que irá utilizar técnicas de destruição e construção, o primeiro para obter uma população combatente, fanática aos ideais revolucionários com o objetivo de derrubar a ordem existente; e o segundo para a retomada da paz dentro de uma sociedade, eliminando as situações propícias à formação da insurgência (GALULA, 1964).

Para esse entendimento, faz-se necessário citar a maneira de agir do principal adversário da contrainsurgência - O insurgente, que tem como estratégia, identificar e atingir as contradições internas de um Estado adversário. Essas vulnerabilidades são aspectos de menor resistência ou fragilidades dentro de um território, geralmente relacionados a questões étnicas,

sociais, políticas, religiosas e econômicas. A atuação nesses segmentos causará uma fragmentação da sociedade e levará a insurgência ao sucesso em sua empreitada, e mostrará que nessa forma de combater, quem conquista ou quem tem o apoio popular, ganhará a luta (OLIVEIRA, 1965).

Segundo Galula (1964), existem quatro formas de ação de combate do contrainsurgente, que não se excluem: atuação direta sobre os líderes insurgentes, atuação indireta nas condições que são propícias para uma insurgência, infiltrar-se na insurgência e tentar torná-la ineficaz e construir ou reforçar a sua própria máquina política.

Qualquer que seja a forma de agir da contrainsurgência, o foco será no resgate da sociedade fragmentada, ora com destruição da ordem imposta pela insurgência, ora com construção de uma nova ordem com o objetivo de dar legitimidade ao Estado (GALULA, 1964).

Concluimos que na Guerra Irregular, o papel da contrainsurgência está voltado para a conquista da população. Existem diferentes formas de agir da contrainsurgência, porém todas irão convergir para destruir aquilo que o insurgente construiu, se aproveitando da fragilidade do Estado, e depois construir uma nova ordem, com foco na população e na legitimidade do Estado.

A seguir, veremos que conhecer ao inimigo e a forma como ele combate, são fatores fundamentais para o sucesso do contrainsurgente na Guerra Irregular.

2.2 O desconhecimento do fenômeno

A Guerra Irregular rompeu com as características da guerra convencional. Os objetivos estáticos não serão mais destruídos como forma de submeter ao inimigo a nossa vontade; as batalhas ao invés de serem travadas com bombas, serão com propagandas e armas psicológicas. O território como objetivo da guerra convencional, já não é o objetivo principal na Guerra Irregular. O domínio do espírito da população passa ser a prioridade, para depois

seguir para os demais objetivos da contrainsurgência (OLIVEIRA, 1965).

Entendemos que, a contrainsurgência, ao desconhecer essa natureza de conflito, continuará pensando e agindo em objetivos da guerra convencional.

O desconhecimento do inimigo, da sua forma de agir, da sua forma de mover-se e principalmente do seu centro de gravidade, farão da guerra uma contenda desconexa e infrutífera. Como atacaremos ao inimigo, se não sabemos quem o é? Onde ele está? Como defender o objetivo do conflito? Na Guerra Irregular, esse desconhecimento já mostrou que o insucesso, foi o final daqueles que entraram em Guerras dessa natureza, sem conhecê-las (OLIVEIRA, 1965). Ainda, segundo Mao Tsé-tung, citado por Griffith: “As leis da guerra revolucionária: Este é um problema que qualquer um que dirigir uma guerra revolucionária deve estudar e resolver” (GRIFFITH, 1936, p 15, v 1).

Um exemplo foi à participação dos EUA na Guerra do Vietnã. Em 1968, após a Ofensiva do Tet as tropas estadunidenses se questionavam sobre quem era o seu real inimigo naquele conflito. Estava claro que havia um desconhecimento do inimigo.

Existe uma necessidade de utilizarmos uma doutrina de contrainsurgência para combater a guerra revolucionaria. Essa afirmativa inicia com a necessidade do conhecimento da doutrina de Guerra Irregular por parte dos contrainsurgentes. Todos os detalhes da subversão devem ser conhecidos; por meio de um estudo detalhado e profundo, com análise dos princípios da Guerra Irregular, seus objetivos e motivações da revolução (OLIVEIRA, 1965).

É ilusório combater na Guerra Irregular com soluções estritamente convencionais. Vejamos um caso onde ocorra um atentado; o desconhecimento da natureza do conflito irregular impossibilitará a identificação dos reais culpados e dos objetivos da guerra. Desconhecer o fenômeno da insurgência e combatê-lo de forma errada produz uma realimentação que gera rancores e novos ódios e acabam fortalecendo ainda mais o

adversário. Os ideais insurgentes não se combatem com meios militares exclusivamente. As ações psicossociais são as verdadeiras armas nesse tipo de conflito (GALULA, 1964; OLIVEIRA, 1965).

Enfatizemos que, a necessidade de se estudar e conhecer a guerra revolucionária antes de iniciar o combate propriamente dito, evitará erros por desconhecimento das características do conflito.

Concluimos que erros de identificação do conflito irregular fazem parte da história e precisam ser evidenciados para que a contrainsurgência não cometa novamente esses erros. Precisamos eliminar essa ignorância e estabelecer uma “reação” capaz de eliminar o perigo que nos ameaça.

No próximo subitem, veremos os mecanismos da reação e de que forma esta fase é trabalhada pela contrainsurgência.

2.3 Bases da reação

A rápida localização e o cerco ao insurgente são fundamentais para o sucesso da contrainsurgência. Mas a insurgência é pequena para ser achada facilmente (GALULA, 1964).

A inteligência, principal fonte de informações sobre os guerrilheiros, tem que vir da população, mas a população somente se sentirá segura fora da ação do insurgente (GALULA, 1964).

Percebemos que, a conquista de corações e mentes é a principal tarefa a ser realizada pela contrainsurgência para a obtenção das informações necessárias à eliminação da insurgência. Como fazê-la? Neste subitem trataremos da fase da reação, e obteremos a primeira parte desta resposta.

As consequências da insurgência podem ser devastadoras: servidões sem limites, mortes, sofrimentos, destruições, lágrimas e dor. Em face dessas duras consequências, é

exigida uma reação rápida para o combate à revolução. Essa ação, de pronta-resposta do contrainsurgente, deve ser estruturada com base nas ações psicológicas (OLIVEIRA, 1965).

A contrainsurgência – no momento da recuperação da sociedade – deve buscar um equilíbrio que produza um sentimento de dignidade e liberdade na população. Essa doutrina da “reação” deve ser capaz de promover na natureza do homem, sentimentos ignorados e desprezados pela insurgência, por isso, o humanismo deve ser a bandeira desta investida. Uma doutrina totalmente voltada para o bem, que resgate suas condições de nascimento, seus valores morais, ou seja, uma busca pelos elementos essenciais da vida. Daí seu objetivo: prover à população uma vida melhor, livre da opressão, livre das mazelas, livre das desigualdades, ou seja, uma reação que destrua o mau, por meio do bem (OLIVEIRA, 1965).

A contrainsurgência deve destruir a ordem estabelecida, e criar uma nova ordem, com base na justiça, na igualdade e no progresso, no extermínio da miséria, da desigualdade, no fim dos privilégios e da violência. Será uma retomada pelos direitos do homem, uma libertação da população da servidão imposta pela revolução. Aos homens, lhes serão devolvidos os direitos nos campos políticos, sociais e econômicos (OLIVEIRA, 1965).

Entendemos que, a contrainsurgência utiliza técnicas de destruição e construção, com o objetivo de se estabelecer uma ordem, fundamentada nos preceitos da liberdade, dignidade e condições de igualdade da sociedade.

O sucesso da reação está relacionado à questão da conquista de corações e mentes; toda ação da contrainsurgência deve seguir esse preceito que terá como alvo a aproximação e segurança da população reconquistada. A ordem será: recuperar o que fora usurpado pelos insurgentes (OLIVEIRA, 1965).

Esta reconquista é o objetivo do combate. O contrainsurgente irá travar uma luta psicológica. As contradições do adversário deverão ser identificadas e exploradas; farsas e mentiras devem ser usadas contra o próprio insurgente, que as criou. Essa batalha deve

apontar a verdade, evidenciando a diferença entre o contrainsurgente e o insurgente, essa dialética serve para mostrar e garantir a superioridade do Estado contra a revolução (OLIVEIRA, 1965). Assim nos apresenta esse autor:

Porque a vitória contra a Revolução exige indiscutivelmente amplo apoio da população, a sua obtenção resultará, pois, da conquista – ou reconquista – da população, feita com base num intensivo trabalho psicológico, assente, por um lado, na fé nos valores universais da nossa civilização e princípios duma mística doutrinação e na difusão desses valores e desses princípios; por outro lado, na exploração das contradições ideológicas fundamentais da revolução (OLIVEIRA, 1965, p 249).

A abordagem psicológica da contrainsurgência diretamente no coração da população é uma parte da doutrina de reação. Para que este processo esteja completo, fica faltando a realização de ações concretas. Mostrar de fato a população, os benefícios gerados para ela, a partir da presença da contrainsurgência no seu território (GALULA, 1964).

A consolidação da reação é obtida quando passamos do campo das abstrações e sentimentos, para o campo das realizações concretas, é uma fase muito importante, pois permite que o povo passe a acreditar, confiar e utilizar os benefícios oferecidos pelo Poder Legal (OLIVEIRA, 1965).

Como exemplo de realizações concretas, veremos mais a frente nesta pesquisa, a atuação da OTAN na reconstrução do Afeganistão entre 2009 e 2011 e a utilização da aviação em diversas operações de assistência a população. Essas ações tangíveis completam a fase da “reação”. A confiança da contrainsurgência começa a prevalecer.

A batalha da contrainsurgência visa atingir todos os setores de uma sociedade: administrativo, econômico, militar, social, cultural e psicológico. Aquela sociedade que estava estagnada precisa evoluir dentro de uma nova ordem que a leve ao progresso. A população carece de esperança e a promoção de uma nova ordem, será construída com uma propaganda² baseada numa evolução espiritual e material. Todas essas ações visam construir e manter o que havia sido destruído (OLIVEIRA, 1965).

² Persuasão organizada por meios não violentos (LINEBARGER, 1962, p 69).

A reação da contrainsurgência possui duas fases: a destruição da herança deixada pela insurgência e a construção de uma nova ordem com ênfase na liberdade e direitos da sociedade. Nessa construção, para que a reconquista da população se torne eficiente, há de se despertar um sentimento de segurança, no sentido de preservação da vida e dos direitos do povo. A contrainsurgência precisa mostrar que é mais forte que a revolução em todos os níveis; a população deve adquirir uma confiança e perceber uma completa destruição da ordem que causava medo, constrangimento e terror (OLIVEIRA, 1965).

Assim conclui-se que destruir e construir são elementos chaves da reação do Poder Legal na Guerra Irregular. Primeiramente para destruir, precisamos agir com rapidez para combater a insurgência. A inteligência é fundamental neste processo, para obtermos informações do insurgente. Por intermédio da propaganda, temos que desacreditar as ações dos insurgentes, este descrédito impulsionará a população para o lado da contrainsurgência. Para construir, a contrainsurgência precisa atuar no humanismo, na dignidade e na liberdade da população. O sentimento de justiça deve estar presente. A fase final desta etapa é baseada nas ações concretas, tangíveis, onde a população pode usufruir dessas benesses e acreditar no esforço do Poder Legal. Terminada a reação é hora de pacificar.

A seguir abordaremos a forma como reconquistar a população, o que fazer para que o nível de aceitação pela contrainsurgência seja superior ao movimento revolucionário e a importância do isolamento da população.

2.4 A pacificação

Quando falamos em pacificação na Guerra Irregular, estamos tratando da possibilidade de sucesso e reconquista do território, anteriormente ocupado pela insurgência. É a última fase da construção de uma nova ordem num conflito de natureza irregular.

A ideia da pacificação está fundamentada na aceitação popular da presença do Poder Legal, dentro do território que havia sido vítima da guerra subversiva, e traz novamente a paz ao seu povo, criando na população um sentimento de proteção e liberdade. A nova ordem estabelecida conquistou os corações e mentes da população local e passa a promover o bem estar entre todos os membros da sociedade (OLIVEIRA, 1965).

A pacificação emana um sentimento de segurança, que é conseguido a partir da destruição da organização insurgente, obtida graças a uma ação militar. Esta ação é imprescindível para a conquista desse objetivo, porém, não pode ser aplicada isoladamente. Contra a revolução a contrainsurgência deve agir mais amplamente, uma vez que somente considerar as armas, não é o caminho para o sucesso, pois não garantiria por completo o extermínio dos insurgentes. É imperativo que além das armas, o contrainsurgente atue no campo das ideias para a construção de um espírito forte e consolidado, formado a partir de ideias nobres e generosas (OLIVEIRA, 1965).

A pacificação será construída mediante a destruição de dois obstáculos forjados pelos insurgentes: o psicológico e o ideológico (OLIVEIRA, 1965).

Neste primeiro momento, por meio de uma ação psicológica, o objetivo é buscar uma aproximação cortês, conquistar a simpatia da população e criar um clima ameno e agradável. Esta possibilidade de aproximação e contato possibilitará que o contrainsurgente tome a ação de se aproximar da população coagida pelo insurgente, com medo, ameaçada e impossibilitada de se aproximar do Estado (OLIVEIRA, 1965).

A comunicação que foi estabelecida entre a contrainsurgência e a população forma uma sólida base para a próxima etapa da pacificação.

A próxima etapa da pacificação, será baseada no convencimento, busca-se persuadir a população de que os insurgentes são mentirosos, forjados de ideologias falsas e criminosas e que o fracasso será o fim da revolução. Deve ficar claro que o estabelecimento da nova

ordem é sinônimo de dias melhores. Ao fim desta etapa a população será reconquistada, com ações de caráter psicológico. O marco da destruição plantado pelo insurgente será substituído e dar-se-á o início da construção de uma nova ordem (OLIVEIRA, 1965).

É possível concluir que, na fase da pacificação, as ações psicológicas devem ser acompanhadas de ações concretas. A população ao enxergar a presença do Estado ou de uma aliança militar intergovernamental em prol de suas necessidades, rapidamente, passa a se sentir protegida e a contribuir com o contrainsurgência. As operações de ajuda humanitária ou ações cívico-sociais realizadas pelas Forças Armadas são exemplos típicos da intervenção do Estado que realiza ações concretas para a conquista de corações e mentes da população.

Mesmo com a população empenhada em contribuir com o Poder Legal no combate aos insurgentes, não se pode ainda falar em pacificação. Apesar do cumprimento das fases anteriores, o insurgente continua ao largo e pronto para atacar em caso de nova fraqueza do Poder Legal (OLIVEIRA, 1965).

São necessárias ações políticas constituídas de amplas reformas de caráter político e social que abarquem toda a sociedade. O aparato militar é fundamental para dar seguimento às ações políticas, dando legalidade ao processo de pacificação. Não interessa destruir o insurgente, o mais importante é isolá-lo da população, ou neutralizá-lo. Assim estamos acabando com a sua alimentação, e o seu declínio é apenas questão de tempo (OLIVEIRA, 1965).

Concluimos que, a pacificação é o resultado de ações militares, psicológicas e políticas. É imperativo isolar o território onde surgiram os insurgentes. O objetivo é evitar qualquer tipo de contato com a população. O território estará pacificado, à medida que a insurgência não exerça qualquer tipo de influência na população. A legitimidade do Estado foi conseguida, estabelecendo uma nova ordem com base na dignidade, liberdade e direitos da população. A seguir serão apresentadas as conclusões do capítulo.

2.5 Conclusões Parciais

Concluimos que, erros de identificação do conflito irregular fazem parte da história e precisam ser evidenciados para que a contrainsurgência não os cometa novamente.

Na fase de reação, destruir e construir são elementos chaves da contrainsurgência na Guerra Irregular. Primeiramente para destruir, precisamos agir com rapidez para combater a insurgência. A inteligência é fundamental neste processo, para obtermos informações do insurgente. Por intermédio da propaganda, temos que desacreditar as ações dos insurgentes, este descrédito impulsionará a população para o lado do Poder Legal. Para construir, a contrainsurgência precisa atuar no humanismo, na dignidade e na liberdade da população. O sentimento de justiça deve estar presente. A fase final desta etapa é baseada nas ações concretas, tangíveis, na qual a população possa usufruir dessas benesses e acreditar no esforço do Poder Legal.

A fase da pacificação é o resultado de ações militares, psicológicas e políticas. É imperativo isolar o território onde surgiram os insurgentes. O objetivo é evitar qualquer tipo de contato com a população. O território estará pacificado, à medida que a insurgência não exerça qualquer tipo de influência na população. A legitimidade do Estado foi conseguida, estabelecendo uma nova ordem com base na dignidade, liberdade e direitos da população.

A leitura deste capítulo servirá como base para a compreensão dos capítulos subsequentes. A seguir trataremos da contrainsurgência especificamente no conflito do Afeganistão após os atentados terroristas em Nova York.

3 A CONTRAINSURGÊNCIA NO AFGANISTÃO PÓS 2001

A contrainsurgência no Afeganistão tem se mostrado uma experiência complexa principalmente pelas características geográficas do terreno e pelo número excessivo de intervenções internacionais que o país vem sofrendo na última década.

Nesse capítulo, abordaremos, inicialmente, um breve histórico do que foi a contrainsurgência no conflito a partir de 2001, em seguida apresentaremos uma visão estadunidense com uma inovação doutrinária já aplicada no conflito a partir de 2009 e depois o engajamento internacional no Afeganistão; por fim, serão apresentadas conclusões parciais do capítulo. Veremos a seguir o papel da contrainsurgência na Guerra Irregular.

3.1 Histórico

A contrainsurgência, definida de uma forma mais generalizada, é uma ação para suprimir uma insurreição, uma rebelião interna ou uma forma de controle social (KILCULLEN, 2014).

A partir de 2001, igualmente aos países que combateram no Afeganistão, os EUA depois que entraram na guerra, foram surpreendidos com uma experiência complexa, numa região com aspectos geográficos significativos, arranjo político confuso e uma estrutura social complicada (RUSSEL, 2013).

Estudamos que, no Afeganistão pós 2001, o combate dos EUA e aliados foi principalmente contra o regime Talibã e a Al Qaeda.

O Talibã é um grupo sunita islâmico fundamentalista, que atua no Afeganistão e no Paquistão. A milícia surgiu em 1994 na fronteira entre esses dois países e seus membros são originários do combate contra a ocupação soviética do Afeganistão e do combate contra o regime do presidente Najibullah no final dos anos 80. Em 1996, quase 70% do Afeganistão já haviam sido conquistados pelo Talibã. (WOLOSZYN, 2010).

A Al Qaeda, surge no final dos anos 80, também do conflito soviético-afegão. É uma organização terrorista islâmica que foi criada por Osama Bin Laden com o objetivo de criar um califado islâmico³, além de pretender isolar a região de uma influência política e econômica do ocidente (WOLOSZYN, 2010).

O Afeganistão, situado no sudoeste asiático, é um país montanhoso, possui uma cordilheira chamada Hindu-Kush, que, atinge 7.485 metros no seu ponto mais alto, com inúmeras cavernas camufladas nas suas rochas. Não tem saída para o mar e faz fronteiras com a China, Irã, Paquistão, Tadjiquistão, Turcomensitão e Uzbequistão (PACIEVITCH, 2006).

Baseado neste cenário geográfico, que possibilitava a ocultação de seus membros terroristas, além de semelhanças religiosas e ideológicas a A Al Qaeda resolve se unir ao Talibã. A união da Al Qaeda ao Talibã intensificaram os ideais fundamentalistas, dando força aos insurgentes que começam a ser financiado pela Al Qaeda, como forma de lealdade ao Talibã. (RUSSEL, 2013)

Concluimos que, o aspecto geográfico e a fluidez do movimento insurgente, vão dificultar de sobremaneira as ações militares no Afeganistão e irão contribuir para o alongamento do conflito.

Desde outubro de 2001, os EUA lutam pela pacificação do Afeganistão. O objetivo inicial era acabar com a Al Qaeda e com as condições em que ela operava na região, com foco no antiterrorismo. Para tal, foi criada uma força militar multinacional, surgindo a expressão Guerra Global ao Terror⁴, uma tentativa de mobilização militar mundial contra grupos terroristas (GENTILE, 2013).

Conforme citamos no capítulo dois, o desconhecimento do fenômeno pode levar o contendor ao insucesso e esse fato, que já havia ocorrido no Vietnã em 1968, surge novamente

³ O califado islâmico é a fonte histórica da autoridade espiritual para os muçulmanos. O califado existiu desde a morte do profeta Mohammed em 632 DC até 1924, quando foi dissolvido pelo governo da Turquia após a queda do império Otomano (KILCULLEN, 2004, p 17).

⁴ Resultado da intervenção antiterrorista dos EUA no Afeganistão depois dos atentados terroristas em Nova York.

no início do combate em outubro de 2001 no Afeganistão.

Na primeira fase da operação militar no Afeganistão, a preocupação dos EUA era unicamente a caça aos terroristas, o combate convencional foi à forma estadunidense de atuar contra a Al Qaeda. Em outubro de 2001, uma coalizão militar estadunidense com tropas afegãs combateram o Talibã e a Al Qaeda. Este primeiro conflito por um tempo foi a bandeira utilizada na política externa estadunidense, porém, os grupos extremistas, apesar de inúmeras baixas, ainda permaneciam exercendo influência na região, aproveitando-se de um governo afegão provisório, fazendo crescer uma onda de insurgentes. A Guerra não era tão simples como os EUA anunciavam (KILCULLEN, 2009).

Esta percepção estadunidense, da ineficiência do nível tático no Afeganistão, gerou uma necessidade de elaborar uma doutrina adequada para o combate à insurgência (KILCULLEN, 2009).

Comparando com a Guerra do Vietnã, este autor evidencia a clara vantagem da guerrilha, quando um contendor se utiliza de métodos convencionais para combatê-la. A utilização de uma força desproporcional causarão inúmeras baixas, porém poderá levar a população atingida ao ódio, que servirá como enzima de um movimento, no qual essas pessoas passarão a atuar pela guerrilha. Esta reação popular ocorreu no Vietnã, quando os EUA, ao utilizarem bombardeios, tentando destruir a trilha Ho-Chi-Min, acabavam atingindo civis. O resultado final é o aumento da guerrilha.

Em face desses resultados observados em outubro de 2001 no Afeganistão e com a experiência adquirida no Iraque em 2003, os EUA resolvem mudar o seu aspecto tático, mudando sua força terrestre convencional, para uma força mais leve e com maior mobilidade, com um formato não convencional, iniciando também as operações de contrainsurgência (RUSSEL, 2013).

Concluimos que, o marco da entrada dos EUA no Afeganistão foi fatídico 11/09,

onde a questão de honra estadunidense era a caçada aos terroristas. Inicia-se uma batalha para extermínio da Al-Qaeda e do Talibã, e é criada a expressão estadunidense Guerra global ao Terror. Porém essa guerra, apesar da experiência dos EUA, se mostrou muito complexa, principalmente pela característica geográfica do teatro de operações e pela forma de combater do adversário. Mais uma vez, os EUA não estavam preparados para uma Guerra Irregular.

Em seguida falaremos, sobre a contrainsurgência estadunidense a partir da incorporação de documentos de alto nível em 2009, que abordavam novas doutrinas do assunto e previam a Guerra Irregular como uma nova guerra que demandava um novo formato de interação com o adversário.

3.2 A contrainsurgência. Uma visão estadunidense

Nas últimas décadas a Guerra Irregular tem sido uma constante. As forças militares estão se adaptando para um combate entre atores estatais e não estatais, sob uma ótica importante e manipuladora chamada de opinião pública (NAGL; YINGLING, 2006).

O futuro aponta para o insurgente como o maior vilão dos EUA e de países aliados no combate ao terrorismo. Os adversários já se estudaram e a conclusão da forma ideal de combate foi estabelecida em cima de fatos ocorridos na história. A insurgência sabe que não pode ir contra uma guerra convencional e fazem da guerrilha uma arma fatal para aqueles que não a conhecem. Os EUA e seus parceiros militares se adaptaram a uma nova forma de combate, cientes de que o futuro que os aguarda, será de um complexo mundo globalizado, com sérios problemas de escassez de produtos vitais e muitos conflitos regionais (PETRAEUS, 2006).

Entendemos que, essa necessidade de uma adaptação a uma nova forma de combater demandou grandes estudos por parte das Forças Armadas estadunidenses. A partir de 2003, os EUA debateram sobre uma doutrina ideal para o combate à insurgência e ao final

concluíram que, a expressão militar do poder nacional, não poderia atuar isolada nesta causa, sendo necessária uma aglutinação com as demais expressões. Utilizaram fatos históricos, como a guerra do Vietnã, e convergiram para os conceitos apresentados no capítulo dois desta pesquisa.

Em 2009 os EUA, já possuíam uma nova estratégia de contrainsurgência para combate no Afeganistão - US Government Counterinsurgency Guide - que atribuía responsabilidades tanto para civis quanto para militares no combate a insurgência. Acrescentava nesta esfera a participação de todas as expressões do poder nacional, para auxiliar no combate aos seus principais adversários: a Al Qaeda e o Talibã, se fixando como uma doutrina baseada na segurança, governança, reconstrução e desenvolvimento. Esse documento faz parte da nova doutrina (US, 2009), que nos diz, que:

Nos últimos anos, os Estados Unidos se envolveram em longas campanhas de contrainsurgência, como as campanhas do Afeganistão e do Iraque. Eles ainda apoiaram muitos outros países, espalhados pelo mundo, ajudando seus Governos a enfrentarem a subversão. Baseado em acertos e erros históricos, os EUA tem forjados novos métodos e conceitos para a estabilização de governos desestabilizados pela guerrilha. Este Guia, o primeiro de seu tipo, em quase meio século, esboça o melhor do pensamento contemporâneo sobre a contrainsurgência. É considerado um dos melhores tipos de trabalho doutrinário: intelectualmente rigoroso e muito prático(US, 2009, prefácio, tradução nossa).

A atual doutrina de contrainsurgência estabelecida pelos EUA é baseada na população e não no inimigo. Prega que uma eficaz ação necessita de um bom relacionamento entre o governo local, suas forças de segurança e a população. Esse bom relacionamento é fundamental para que haja comunicação com a massa, uma vez que o resultado desta interação irá facilitar e orientar as ações da contrainsurgência. O foco a ser seguido é a conquista da população, isolá-la dos insurgentes, provê-la segurança e aderi-la novamente ao governo local. A ideia central é que: a partir de uma estrutura corrompida e falida, possa se estabelecer uma nova ordem, baseada em princípios democráticos (KILCULLEN, 2009).

A contrainsurgência centrada na população utiliza-se de elementos da política, se-

gurança e da informação, que juntos, vão agir para dar legitimidade ao Poder Local, reduzindo possibilidades dos insurgentes veicularem seus ideais de guerrilha. O objetivo é trabalhar para o fortalecimento do Poder Legal, sua legitimidade perante o povo e fornecer capacidade de governança. Do outro lado todo descrédito político e social deve ser atrelado ao movimento insurgente (JANINE, 2009).

Apesar de ser centrada na população, a contrainsurgência não pode ser considerada uma missão de paz. Exige um complexo envolvimento militar e das demais expressões do poder nacional. Em diversas fases, a contrainsurgência necessita fazer o uso da força, porém esse nunca é a forma principal do combate. O norte continua sendo as operações psicológicas junto à população. Devido a sua complexidade, é um trabalho longo e custoso. A contrainsurgência opera num ambiente confuso, cheio de ambiguidades, interpretações tendenciosas e outras séries de incertezas (KILCULLEN, 2009).

As ações de contrainsurgência possuem características que são direcionadas exclusivamente para a conquista da população. Neste trabalho veremos no capítulo quatro, uma operação de contrainsurgência com base no emprego do poder aéreo com características de missões de assistência humanitária, com a finalidade de conquistar corações e mentes.

Para um emprego militar eficaz, a contrainsurgência deve deter o controle do ambiente, da população e da segurança. Para isso deve ter pleno conhecimento das características do território e dos atores que vão enfrentar (KILCULLEN, 2009).

As operações de contrainsurgência, relacionadas no U.S Government Counterinsurgency Guide, são descritas, seguindo teorias e princípios. Nesta pesquisa escolhi três, que se enquadrassem na doutrina da conquista de corações e mentes e pudessem ser relacionadas com o efeito produzido na utilização do poder aéreo como vetor de missões humanitárias, com o objetivo de legitimar o governo e cooptar a população. São eles a seguir:

a) fiel ligação com o Poder Legal que esteja na liderança – o objetivo é o fortale-

cimento do governo local, de modo que o mesmo possa prover à população bons serviços que garantam a sua legitimidade. As operações de contrainsurgência são a base para o sucesso do governo local que sempre deverá estar em primeiro plano, de forma a cooptar a simpatia da população (US, 2009);

b) segurança – a presença permanente de meios militares realizando ações em prol da população produz um efeito positivo na população que passa a se sentir com segurança (US, 2009);

c) apoio e treinamento para as forças de segurança locais – as forças de segurança do Estado devem ser preparadas pelas forças estrangeiras para funcionarem de maneira autônoma, para , quando os países que estão engajados nessa questão se retirarem, não haja nenhum déficit principalmente na questão do enfrentamento do insurgente e na questão da segurança da população (US, 2009).

Concluimos que, na última década, os conflitos de natureza irregular estão se intensificando, principalmente no hemisfério oriental, esse fato foi percebido pelos EUA, que identificou a insurgência como o seu mais novo adversário na ordem mundial e apressou para a formulação de novas doutrinas de contrainsurgência. Em 2009, foi lançado o US Government Counterinsurgency Guide, se fixando como uma doutrina de contrainsurgência, que envolvia “todas” as expressões do poder nacional no conflito. A doutrina é centrada na população, baseada na segurança, governança, reconstrução e desenvolvimento. Este produto resume-se a utilização das técnicas de destruição, construção e estabilização para o combate a subversão. Importante destacar as operações psicológicas e a importância do poder militar auxiliando nessas técnicas, diferenciando a contrainsurgência de uma missão de paz.

A seguir, trataremos sobre o apoio e o treinamento para as forças de segurança locais, utilizando atores internacionais, para o enfrentamento aos insurgentes, com o objetivo de legitimar o governo local.

3.3 O engajamento internacional no Afeganistão no pós 2001

Segundo Dobbins (2012), o longo conflito do Afeganistão, além de característico de uma Guerra Irregular, é consequência da ação ou inação de atores internacionais, que são interessados na manutenção da paz naquela região do mundo. Esse engajamento internacional, que possui facetas diplomáticas, civis e militares, ocorreu em quatro épocas e situações distintas:

a) a primeira fase entre 2001 e 2005: O marco desta fase foi à primeira Conferência de Bonn⁵, na Alemanha, em dezembro de 2001. O Afeganistão, retalhado socialmente, foi representado por quatro grupos diferentes. O objetivo era organizar os campos administrativos, políticos e jurídicos do país mediante a autoria de uma nova Constituição; a organização de eleições democráticas; e a reestruturação de outros órgãos importantes. Para tal a ONU realizou intervenções no país por intermédio da Força Internacional de Assistência para a Segurança (ISAF) e da Missão de Assistência das Nações Unidas para o Afeganistão (UNAMA), com o objetivo de executar seus projetos na região e coordenar as ações de assistência humanitária (DOBBINS, 2012);

b) a segunda fase entre 2006 e 2008: Esta nova fase é marcada pela violência da insurgência Talibã, gerada pela excessiva presença estrangeira no país. Dados da UNAMA chegaram a contabilizar um aumento de 230% no número de mortes a civis decorrentes do conflito neste período (DOBBINS, 2012);

c) a terceira fase entre 2009 e 2011: O presidente Barack Obama exige iniciar uma ampla campanha de contrainsurgência para reverter os avanços da Al Qaeda e do Talibã. A nova doutrina de contrainsurgência é baseada na unidade de ação entre civis e militares para obter a simpatia da população, no modelo “corações e mentes”. É colocado em

⁵ A conferência convocada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para discutir o futuro administrativo do Afeganistão

prática o termo *statebuilding*⁶, e empregada à tática do *clear, hold, build and transfer*⁷. A OTAN tem como prioridade máxima treinar, armar e expandir o exército, a polícia, o serviço de inteligência (Diretório Nacional de Segurança) e as milícias locais pró-governo (DOBBINS, 2012);

d) a quarta fase entre 2012 e 2014: A previsão da saída da OTAN reabre uma nova discussão de 85 governos internacionais, que iniciam conversas com o governo afegão para oferecer ao país à continuidade a assistência política e econômica, estabelecendo metas de governança, combate ao narcotráfico e a promoção dos direitos humanos. É um período de negociações, entre o mundo, o atual governo afegão, as etnias e o sistema Talibã, que a julgar pela multiplicidade de atores e interesses envolvidos, pode ser mais longo e complexo que as negociações entre EUA e Vietnã do Norte, entre 1968 e 1973 (DOBBINS, 2012).

O apoio estadunidense e da OTAN é criterioso na escolha das pessoas que irão ocupar posições-chaves nos serviços públicos e na governança do país. Um ambiente confiável deve ser criado, todos os setores devem convergir para a criação de uma nova ordem capaz de desmantelar qualquer nova tentativa de insurgência de iniciar uma nova destruição do país e impedido-a de abalar o poder legal. Nessa atmosfera, o poder local deve ter a ciência de que, quando as forças estrangeiras saírem do Afeganistão, as forças de segurança locais deverão ser capazes de garantir a lei, a ordem e o direito da população. (JONES, 2008).

Entendemos que, o crescimento de atos terroristas ameaçando a paz mundial, serve de motivo para que os principais atores internacionais se voltem para o Afeganistão, com o intuito de eliminar as capacidades do país em abrigar grupos terroristas. Essa intromissão in-

⁶ O termo *statebuilding* denota ações externas de amparo ao fortalecimento das estruturas políticas, jurídicas e administrativas de um aparato estatal fragilizado por situações de conflito ou subdesenvolvimento.

⁷ Em cada distrito, os objetivos sequenciais seriam eliminar a presença talibã; manter o controle territorial; implantar rápidos projetos de desenvolvimento para obter apoio popular; e, por fim, transferir a gestão local às autoridades afegãs.

ternacional gera uma onda de violência generalizada, que obriga aos EUA, OTAN e parceiros aliados internacionais a aumentarem seus contingentes militares ao longo do conflito. O início dessa intervenção é marcada pela Conferência de Bonn, onde se tentava organizar o Afeganistão, estabelecendo uma estrutura de um país democrático. Para ajudar este projeto, a ONU estabelece a ISAF, como responsável pelas ações militares e a UNAMA, como responsável pelas ações humanitárias. A OTAN ficou responsável pelo treinamento e capacitação das forças de segurança do Afeganistão. Toda essa ajuda internacional tem como metas: eliminar a fragilidade do Estado afegão dar-lhe legitimidade, capacitando-o a manter a paz em seu território. A seguir serão apresentadas as conclusões do capítulo.

3.4 Conclusões parciais

Concluimos que, o marco da entrada dos EUA no Afeganistão foi fatídico 11/09, onde a questão de honra estadunidense era a caçada aos terroristas. Inicia-se uma batalha para extermínio da Al-Qaeda e do Talibã, e é criada a expressão estadunidense Guerra global ao Terror. Porém essa guerra, apesar da experiência dos EUA, se mostrou muito complexa, principalmente pela característica geográfica do teatro de operações e pela forma de combater do adversário. Mais uma vez, os EUA não estavam preparados para uma Guerra Irregular.

Na última década, os conflitos de natureza irregular estão se intensificando, principalmente no hemisfério oriental, fato percebido pelos EUA, que identificaram a insurgência como seu mais novo adversário na ordem mundial, apressando a formulação de novas doutrinas de contrainsurgência. Em 2009, foi lançado o US Government Counterinsurgency Guide, se fixando como uma doutrina de contrainsurgência, que envolvia todas as expressões do poder nacional no conflito. A doutrina é centrada na população, baseada na segurança, governança, reconstrução e desenvolvimento. Este produto resume-se a utilização das técnicas de destruição, construção e estabilização para o combate a subversão.

Importante destacar as operações psicológicas e a importância do poder militar auxiliando nessas técnicas, diferenciando a contrainsurgência de uma missão de paz.

O crescimento de atos terroristas ameaçando a paz mundial serviu de motivo para que os principais atores internacionais se voltassem para o Afeganistão, com o intuito de eliminar as capacidades do país em abrigar grupos terroristas. Essa intromissão internacional gerou uma onda de violência generalizada, que obrigaram aos EUA, OTAN e parceiros aliados internacionais a aumentarem seus contingentes militares ao longo do conflito. O início dessa intervenção é marcada pela Conferência de Bonn, onde se tentou organizar o Afeganistão, estabelecendo uma estrutura de um país democrático. Para ajudar este projeto, a ONU estabeleceu a ISAF, como responsável pelas ações militares e a UNAMA, como responsável pelas ações humanitárias. A OTAN ficou responsável pelo treinamento e capacitação das forças de segurança do Afeganistão. Toda essa ajuda internacional teve como meta: eliminar a fragilidade do Estado afegão dando-lhe legitimidade. Os diferentes interesses na região levam a crer, que a solução para o Afeganistão é bem mais política do que militar.

No próximo capítulo veremos o emprego do poder aéreo na Guerra Irregular.

4 O EMPREGO DO PODER AÉREO NA GUERRA IRREGULAR

O poder aéreo tem se mostrado fundamental para o sucesso da contrainsurgência na Guerra Irregular.

Nesse capítulo, abordaremos, inicialmente, o Comando de Treinamento Aéreo da OTAN no Afeganistão, sua assessoria aérea à Força Aérea afegã e sua principal missão nesse conflito; em seguida apresentaremos o emprego do Poder Aéreo afegão em missões humanitárias, na conquista de corações e mentes, como instrumento de cooptação popular e propaganda da legitimidade do Estado; por fim, serão apresentadas conclusões parciais do capítulo. Veremos a seguir o papel da contrainsurgência na Guerra Irregular.

4.1 NATO Air Training Command Afghanistan (NATC-A)⁸

A NATC-A estava baseada em Cabul e possuía uma estrutura copiada da Força Aérea estadunidense, operando aeronaves Alenia C-27 - asa fixa para missões de transporte e reconhecimento aéreo, Mil Mi-17 - helicóptero grande porte para transporte e Mil Mi-35 - helicóptero de ataque (WILLI, 2012).

Sua missão era propiciar treinamento e capacitação para a Força Aérea Afegã, de forma que a mesma se tornasse independente e capacitada para atender as demandas e carências do Afeganistão pós 2001. Com um contingente de 700 membros, a NATC-A possui militares das três Forças Armadas dos EUA, Bélgica, Grã-Bretanha, Canadá, Croácia, República Tcheca, Grécia, Hungria, Itália, Jordânia, Látvia, Lituânia, Mongólia e Portugal, além de um grupo de intérpretes (WILLI, 2012).

No período entre 2009 e 2011, a NATC-A funcionou como um assessor aéreo para

⁸ NATO Air Training Command – Afghanistan (NATC-A) / Comando de Treinamento Aéreo da OTAN. Missão: Definir as condições para uma Força Aérea Afegã profissional, totalmente independente e operacionalmente capaz que atenda aos requisitos de segurança do Afeganistão hoje e no futuro (WILLI, 2012, p.5, tradução nossa).

a Força Aérea Afegã com o fito de prover uma capacidade de explorar ao máximo o poder aéreo em prol do sucesso na guerra, que já duravam 10 anos. Além de missões de ação direta contra as forças Talibãs, a Força Aérea afegã empregou largamente a força de helicópteros Mi-17 em apoio a seus objetivos nacionais, trazendo benefícios diretos para o cidadão afegão (WILLI, 2012).

Entendemos que, a NATC-A é a expressão militar da OTAN para treinamento e capacitação da Força Aérea afegã. Sua principal missão é prover a essa Força Aérea uma capacidade autônoma de combate aos seus adversários.

A seguir, trataremos do poder aéreo como uma forma de conquistar corações e mentes na Guerra Irregular.

4.2 O poder aéreo e a conquista de corações e mentes

A contrainsurgência nas fases de pacificação e estabilização realiza ações civis e militares que requerem um significativo apoio do poder aéreo. O emprego da aviação num conflito irregular requer uma concepção distinta do usado nas guerras convencionais. É necessário alterar sua seleção de alvos fixos para um emprego voltado para a capacidade de influenciar a população. A ênfase passa para um emprego da aviação não letal, procurando integrar os esforços numa ampla aproximação com a população em colaboração com as demais expressões do poder (VICENTI, 2011).

No Afeganistão entre 2009 e 2011, um dos objetivos da aviação, era fazer uma propaganda do governo legal afegão, realizando missões que abrangessem as necessidades da população, para gerar uma atmosfera de legalidade do Poder Legal. A preocupação era mostrar, que aquelas benesses realizadas pelo governo, seriam impossíveis de serem oferecidas pelos insurgentes (WILLI, 2012).

A geografia do Afeganistão com um terreno acidentado, estradas de baixa

qualidade, sistema ferroviário inexistente, ameaça de explosivos improvisados e a forma como a população está distribuída neste terreno de difícil acesso, fizeram com que o emprego do helicóptero Mi-17 fosse fundamental para o acesso do governo a maioria dos locais a fim de estabelecer contato com o povo. Esse atendimento gerava um sentimento de segurança e legitimidade do governo para a população, produzindo o efeito desejado da OTAN nessas operações de contrainsurgência (WILLI, 2012).

Essas operações aéreas de pronta-resposta tinham caráter de assistência humanitária e ajudavam na propaganda do Poder Local. O enfoque estava na dedicação do governo com a população, tudo fundamentado na doutrina de corações e mentes citado no capítulo dois e previsto na recente abordagem estadunidense para Guerra Irregular.

O governo afegão afirma que o emprego da aviação em missões de caráter humanitário, principalmente em assistências após desastres, contribuiu para o aumento da credibilidade do governo e reduziu a vulnerabilidade do país a interferências de insurgências. Este fato fez com que o Ministério da Defesa do Afeganistão incluísse esse tipo de operação nas suas prioridades estratégicas (WILLI, 2012).

Os helicópteros da Força Aérea afegã continuam realizando operações na Guerra Irregular, sendo apoiados pela NATC-A por meio dos seus programas de treinamento, manutenção e demais tarefas relacionadas às operações aéreas. As principais tarefas realizadas pela Força Aérea Afegã com viés de apoio a população e legitimidade para o governo foram: assistência a desastres, resgates a populações em locais de difícil acesso, assistências humanitárias no Paquistão, apoio humanitário, apoio às eleições e serviços bancários - distribuição de moedas pelo país (WILLI, 2012).

Conclui-se que, o poder aéreo devido as suas características, tem a capacidade de imprimir uma pressão constante sobre o oponente, contribuindo para a sua perda de iniciativa e desmoralização. A necessidade crescente de responder de forma rápida e global, às situações

de crise e conflito, renova a importância do poder aéreo no combate ao insurgente. A conquista de corações e mentes também se faz presente no emprego do poder aéreo, onde por intermédio desses meios conquistamos a população, eliminando a capacidade e a liberdade do insurgente de escolher onde e como combater.

Entendemos que, a população ao assistir o envolvimento do seu governo, por meio das suas Forças Armadas, em missões complexas, voltadas para o bem estar da população, naturalmente irão se aproximar do governo. Assim, o efeito desejado da contrainsurgência foi alcançado. A seguir serão apresentadas as conclusões do capítulo.

4.3 Conclusões parciais

Concluimos que, a NATC-A é a expressão militar da OTAN para treinamento e capacitação da Força Aérea Afegã. Sua principal missão foi prover a essa Força Aérea uma capacidade autônoma de combate aos seus adversários. O poder aéreo devido as suas características tem a capacidade de imprimir uma pressão constante sobre o oponente, contribuindo para a sua perda de iniciativa e desmoralização. A necessidade crescente de responder de forma rápida e global, às situações de crise e conflito, renova a importância do Poder Aéreo no combate ao insurgente. A conquista de corações e mentes também se faz presente no emprego do poder aéreo, onde por intermédio desses meios conquistamos a população, eliminando a capacidade e a liberdade do insurgente de escolher onde e como combater. A população ao assistir o envolvimento do seu governo, por meio das suas Forças Armadas, em missões complexas, voltadas para o bem estar da população, naturalmente irá se aproximar do governo. Assim, o efeito desejado da contrainsurgência foi alcançado.

No próximo capítulo, utilizando-se do exemplo do emprego do poder aéreo no Afeganistão, faremos uma relação com o emprego da Aviação Naval em conflitos similares, realizando tarefas de missões humanitárias em apoio à contrainsurgência.

5 A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA AVIAÇÃO NAVAL NAS ATIVIDADES BENIGNAS⁹ COMO FORMA DE DESENVOLVER A CAPACIDADE DE ATUAR NA CONTRAINSURGÊNCIA.

A possibilidade de emprego e a importância da participação brasileira em missões humanitárias no Brasil e no exterior se fazem presentes no LBDN, PND, END e DBM.

Inicialmente, utilizando-se de hipóteses de emprego, mostraremos a vocação da Aviação Naval na participação de missões humanitárias, em seguida apresentaremos a participação da Aviação Naval nas atividades benignas e suas possibilidades para eventuais participações em conflitos de natureza irregular.

5.1 Hipóteses de emprego

Consideradas duas hipóteses de emprego de meios aeronavais: a) Operação a partir de navios multipropósitos - Em 2010 um helicóptero UH-14 Super-Puma da Marinha brasileira operou a partir do NAe italiano Cavour nas missões de apoio ao Haiti; b) Operação a partir de uma base estabelecida em terra. - Em 2008 e 2010, respectivamente nos Estados do Paraná e Alagoas, um UH-12 e um UH-14 auxiliaram na ajuda a população que sofreu com desastres naturais causados devido as fortes chuvas. Essas hipóteses servem para ilustrar a vocação dos helicópteros da Marinha do Brasil de serem empregados em missões de caráter humanitário, seja no Brasil ou no exterior. A DBM, na sua introdução, estabelece que:

A DBM tem o propósito adicional de prover, às outras organizações componentes do sistema de defesa do Brasil, a concepção de emprego que a MB identifica como adequada, em função das suas especificidades, e na atuação integrada, de acordo com as normas estabelecidas pelo nível político. Esse aspecto é também aplicável na participação em compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (MARNHA DO BRASIL, 2014, p.7).

⁹ As Atividades Benignas são aquelas, desenvolvidas no País ou no exterior, em que o Poder Naval, com suas estruturas organizadas e autossustentáveis e com capacidades e conhecimentos especializados, atua com o propósito de contribuir com a ordem social, não sendo admitido o emprego da força. Quando desempenhadas no exterior, normalmente, o são em ambiente permissivo (MARINHA DO BRASIL, 2014, DBM, cap. 5).

A partir deste ponto, estabeleceremos semelhanças nas finalidades, entre o emprego do poder aéreo na Guerra Irregular no Afeganistão e a Aviação Naval da Marinha do Brasil, exemplificado nas hipóteses de emprego citadas nesta pesquisa, como forma de preparação para um futuro emprego dos meios aeronavais em operações de contrainsurgência.

A seguir, trataremos da participação da Aviação Naval nas atividades benignas.

5.2 A Aviação Naval nas atividades benignas

No século XXI, estreita-se o vínculo entre redes de insurgentes, organizações terroristas e o crime organizado, todos adquirindo características de crimes transnacionais (VISACRO, 2009).

Segundo David Galula, as fronteiras são áreas de fraqueza para a contrainsurgência quaisquer que seja sua estrutura de governo (GALULA, 1964). O Brasil faz fronteiras críticas com Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai, partes dessas áreas podem ser consideradas porosas e são fontes de muitos problemas relacionados a crimes transnacionais, como: a invasão da lavoura de coca em território nacional, a atuação da milícia das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em território brasileiro, tráfico de drogas; armas e produtos de contrabando (BOLIGIAN, 2012).

Em face desta exposição do território brasileiro ao crime transnacional, faz-se necessária uma intensa ação de presença das Forças Armadas e demais Forças de Segurança nessas regiões numa operação conjunta ou em operações de apoio, conforme previsto na DBM¹⁰. Igualmente no Afeganistão, estas operações de apoio devem contemplar Operações Psicológicas¹¹ e Operações Cívicas-Militares¹², de forma que essas populações residentes em

¹⁰ Além disso, há casos em que uma operação é apoiada ou complementada por outras operações. Quando essas operações são conduzidas por forças não integrantes daquela que executa a operação principal, elas são denominadas **operações de apoio** (MARINHA DO BRASIL, 2014, DBM, p. 3-2, grifo nosso).

¹¹ Compreende as atividades políticas, militares, econômicas e psicossociais planejadas e conduzidas para criar em grupos (inimigos, hostis, neutros ou amigos) emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução dos objetivos nacionais (MARINHA DO BRASIL, 2014, DBM, p. 3-15).

área de fronteira sintam-se protegidas pelo Estado e não sejam cooptadas por movimentos de insurgência tentando se estabelecer em solo brasileiro, além de poderem ajudar as Forças Armadas e demais órgãos de defesa, com informações sobre possíveis movimentos de insurgentes. Essas operações estão previstas na DBM como típicas operações de Guerra Naval.

Documentos como, o LBDN, PND e a END contemplam a participação do Estado brasileiro em missões de caráter humanitário. Segue uma citação do LBDN:

Para a consecução dos objetivos estratégicos de defesa, o Estado brasileiro definiu, em uma perspectiva de longo prazo, as metas constantes do Plano Brasil 2022, elaborado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos: Meta 3 - Participar de operações de paz e de ações humanitárias de interesse do País, no cumprimento de mandato da Organização das Nações Unidas (ONU), com amplitude compatível com a estrutura geopolítica do País (BRASIL, 2012, p.29, cap.1).

Todos esses documentos citam a nossa participação em operações humanitárias no ambiente interno e externo como uma prioridade para a defesa da paz e para a cooperação entre os povos. Nesse contexto, análogo ao emprego do Poder Aéreo no Afeganistão citado nesta pesquisa, os helicópteros se mostram meios ideais para participação em operações humanitárias, face suas características de pronta-resposta, velocidade, capacidade de transporte e flexibilidade em relação a locais de pouso. Em relação a esses meios, a Aviação Naval dispõe de helicópteros de emprego geral, citados nas hipóteses de emprego, que comparados aos utilizados no Afeganistão, não deixam nada a desejar no que tange ao seu emprego em tarefas de cunho humanitário, e ainda possuem a flexibilidade de poderem operar a bordo de um navio. Esse fato corrobora na possibilidade de analisarmos o emprego desses meios da Aviação Naval em conflitos irregulares para ações de contrainsurgência, cumprindo missões humanitárias, com o objetivo de ajudar a população. A seguir serão condensadas as conclusões do capítulo.

¹² Busca estabelecer, manter influência ou capitalizar as interações e as relações de cooperação e coordenação entre as forças militares, população civil e as autoridades e organizações governamentais ou não governamentais, tendo como propósito facilitar a condução de outras operações e ações, bem como a conquista de objetivos militares (MARINHA DO BRASIL, 2014, DBM, p. 3-18).

5.3 Conclusões Parciais.

Fruto da ênfase dada, pelos documentos de alto nível da Defesa, na participação brasileira em missões humanitárias, concluiu-se que, esse paralelo feito entre o emprego do poder aéreo no conflito do Afeganistão e a capacidade da Aviação Naval, serviu para mostrar, o quanto é importante estarmos preparados para esse tipo de missão.

Com base nisso, concluímos que, atribuímos de extrema importância à participação da Aviação Naval nos adestramentos e exercícios conjuntos e combinados relacionados a atividades benignas, como forma de testar suas capacidades e verificar suas limitações. Experimentar operar sob uma estrutura de comando diferente das usuais, estabelecendo contato com ordens e manuais em línguas diferentes, culturas diferentes. Tudo, bem parecido com a Força Aérea Afegã operando sob a égide da OTAN e dos EUA. Essas similaridades e o contexto do nosso país dentro de um mundo globalizado e a evidência da insurgência como a ameaça do século XXI, chamada de guerra de quarta geração, apontam para estarmos na vanguarda na participação dos nossos helicópteros em operações benignas, para caso haja necessidade, estarmos prontos para o seu emprego em operações de contrainsurgência, de forma a conquistar corações e mentes das populações necessitadas.

Veremos, a seguir, as conclusões da pesquisa.

6 CONCLUSÃO

A escolha do estudo da importância do Poder Aéreo na Guerra Irregular do Afeganistão, com ênfase nas missões humanitárias, decorreu da participação da aviação no sucesso da contrainsurgência contra o Talibã e Al Qaeda, entre 2009 e 2011. Na pesquisa, constatamos que a contrainsurgência se utilizou da Força Aérea Afegã, treinada pela OTAN, para reconquistar a população e legitimar o poder legal do Estado. E foi exatamente sobre essa dialética, aliada a hipótese de um possível emprego da Aviação Naval em conflitos similares, que estruturamos esta pesquisa.

O propósito desta monografia foi analisar a possibilidade do emprego da Aviação Naval na Guerra Irregular em ações de contrainsurgência, numa situação específica, enfatizando as missões de caráter humanitário.

Para atingir este propósito, nossa pesquisa foi organizada em quatro capítulos. No segundo capítulo apresentamos o referencial teórico que utilizamos como arcabouço para a pesquisa. Escolhemos os modelos teóricos e observamos como foram utilizados pela contrainsurgência no Afeganistão. Concluímos a validade desses conceitos, constatando a presença da teoria nas ações da contrainsurgência durante as fases de reação e pacificação.

No terceiro capítulo abordamos a contrainsurgência em evidência a partir de numerosos atos terroristas, que motivou o governo dos EUA a formularem uma nova doutrina de contrainsurgência e promoveu um grande engajamento internacional na região. Concluímos que a expressão Guerra global ao Terror foi o marco da intervenção estadunidense no Afeganistão. A complexidade do conflito demandou a criação de uma nova doutrina, com atribuições para todas as expressões do poder nacional. O crescimento de atos terroristas, fez com que os principais atores internacionais se voltassem para o Afeganistão.

No quarto capítulo estudamos o Poder Aéreo como principal meio utilizado na estratégia de combate da contrainsurgência. Concluímos que os bons resultados da OTAN fo-

ram frutos das missões humanitárias, centradas na população, onde os bons resultados dessas missões aproximavam a população do Estado Afegão. Esse emprego não permitiu mais a influência da insurgência na população e deu legitimidade ao Estado.

No quinto capítulo buscamos responder ao questionamento da pesquisa, citado na introdução deste trabalho. Criamos hipóteses de emprego e avaliamos a possibilidade do emprego de meios aeronavais brasileiros na Guerra Irregular. Concluímos com base nas características dos meios aeronavais citados na pesquisa e na vocação desses em cumprir missões humanitárias, que seria importante a participação da Aviação Naval nas atividades benignas, em adestramentos e exercícios, conjuntos e combinados, voltados para missões humanitárias. Estas experiências contribuiriam para a capacitação e aprestamento dos meios aeronavais para o emprego na Guerra Irregular.

Sugere-se que, caso a Aviação Naval se interesse pela pesquisa, a Seção de Operações daquele Comando de Força, subsidie o Setor Operativo da Marinha para a realização de intercâmbios com outras Forças Armadas, internas e externas, e a participação em exercícios, com o objetivo de discutir o emprego do poder aéreo na guerra Irregular, adquirir conhecimento e experiência sobre esse vasto assunto.

Nesta pesquisa, não foi possível abordar mais variáveis que complementam o estudo do emprego do poder aéreo pela contrainsurgência. Para estudos futuros, sugere-se que sejam observados outros conflitos, onde o emprego do poder aéreo tenha sido relevante e utilizado a doutrina da conquista de “corações e mentes”.

A Guerra irregular está cercada de incertezas, é importante que não esqueçamos que, se assume caráter de verdade indiscutível não ser suficiente à ação militar para eliminar a subversão, verdade indiscutível é também tornar-se ela indispensável para apoio das restantes ações. Se a vitória não pode ser alcançada apenas com a ação militar, também de forma alguma, se tornará possível sem ela.

REFERÊNCIAS

BOLIGIAN, Levon. *A "porosidade" das fronteiras secas brasileiras*. NOVA ESCOLA. 2009. Disponível em: <http://www.gentequeeduca.org.br/planos-de-aula/porosidade-das-fronteiras-secas-brasileiras>. Acesso em: 13 de julho de 2015.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. *EMA -305. Doutrina Básica da Marinha*. 2. rev. Brasília: Estado-Maior da Armada, 2014.

BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

DIXON, Paul. *'Hearts and Minds'? British Counter-Insurgency from Malaya to Iraq*. 2009. JOURNAL OF STRATEGIC STUDIES. 32 v. p. 353-381. London, UK. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01402390902928172>. Acesso em: 18 de junho de 2015.

DOBBINS, James. *After the Taliban: Nation-Building in Afghanistan*. Potomac Books Washington. 2008.

EUA. U.S. GOVERNMENT COUNTERINSURGENCY GUIDE. 2009. Disponível em: <http://www.state.gov/documents/organization/119629.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2015.

FARREL, Theo; OSINGA, Franz; RUSSEL, James. *Military adaptation in Afghanistan*. United States of America. Stanford University Press, 2013.

GALULA, David. *Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice*. Frederick A. Praeger, Inc., Publisher. New York and London, 1964.

GENTILE, Gian. *Wrong turn. America's deadly embrace of counterinsurgency*. New York/NY. The New Press, 2013.

GRIFFITH, Samuel B.(Comp). *Mao Tse-Tung on Guerrilla Warfare*. United States of America. Library of Congress Cataloging in Publication Data. 1992.

JANINE, Davidson. *Principles of modern American counterinsurgency: evolution and debate*. THE BROOKINGS INSTITUTION. 2009. Disponível em: http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2009/6/08-counterinsurgency-davidson/0608_counterinsurgency_davidson.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2015.

KILCULLEN, David. *Countering Global Insurgency*. 2004. SMALL WARS JOURNAL, versão 2.2. Oxford University Press. Disponível em: smallwarsjournal.com/documents/kilcullen.pdf >. Acesso em: 23 de junho de 2015.

KILCULLEN, David. *The accidental guerrilla: Fighting small wars in the midst of a big one*. New York/NY: Oxford University Press, 2009.

LINEBARGER, Paul M. A.. *Guerra Psicológica*. Tradução de Octavio Alves Velho. Coleção General Benício. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro. 1962

NAGL, John; YINGLING, Paul. *New rules for new enemies*. ARMED FORCES JOURNAL, United States of America . 2006. Disponível em: <<http://www.armedforcesjournal.com/new-rules-for-new-enemies/>>. Acesso em: 07 de junho de 2015.

OLIVEIRA, Hermes de Araujo. *Guerra Revolucionária*. Coleção General Benício. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro. 1965.

PACIEVITCH, Thais. *Geografia do Afeganistão*. 2010. INFO ESCOLA. [S.l.] Disponível em : <http://www.infoescola.com/afeganistao/geografia-do-afeganistao/>. Acesso em: 15 de junho de 2015.

PETRAEUS, David. *Learning counterinsurgency: Observations from soldiering in Iraq*. MILITARY REVIEW. United States of America. 2006. Disponível em: <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/milreview/petraeus1.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2015.

JONES, Seth. *Security Force Assistance. Shaping and mentoring Afghan Police. Observations, insights and lessons*. NEWSLETTER NATO. 2011. Disponível em:<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/call/call_11-18.pdf>. Acesso em: 02 de julho de 2015.

VICENTE, João Nunes. *A eficácia do Poder Aéreo contra adversários do Séc. XXI*. [S.l]. CONTRIBUTOS DO PODER AÉREO EM OPERAÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO, SEGURANÇA, TRANSIÇÃO E RECONSTRUÇÃO (II PARTE). 2011.

WILLI, Bernie. *The Importance of Airpower in Supporting Irregular Warfare in Afghanistan*. 2012. United States of America. Disponível em: <http://www.airpower.au.af.mil>. Acesso em: 04 de junho de 2015.

WOLOSZYN, André Luiz. *Terrorismo Global: Aspectos Gerais e Criminais*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 164 p. 2010.

VISACRO, Alessandro. *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.